

VAN DEN AARDWEG, Gerard J. M.

AUTOPIEDADE NEURÓTICA E TERAPIA ANTIQUEIXA

São Paulo, Cortez & Moraes, 1 978, 266 p.

Com menos de um ano de estada no Brasil, Gerard van den Aardweg produziu uma obra escrita em linguagem correta, excetuando-se pequenos señoses que não impedem a compreensão do texto (principalmente temos o uso injustificável de "cada", tão comum nas línguas germânicas). Essa performance vem atestar a excelência do curso humanístico nos ginásios da Holanda.

Vamos aqui apresentar apenas um resumo do livro, sobre o qual devem falar com mais competência os especialistas.

Na primeira parte, estudam-se os conceitos gerais, onde fica esclarecida a teoria da compulsão a queixar-se (título da parte). Desde a Introdução, o A., seguindo J. L. Arndt (que tivera como mestre Wilhelm Stekel, discípulo de Freud), apresenta a teoria da Autopiedade Compulsiva Infantil (ACI) como uma das mais recentes explicações das neuroses. Define logo a seguir, no Cap. I, o que é neurose, que quando fraca se chama neuroticismo: termos que não estão ligados às perturbações dos nervos. Os sentimentos e pensamentos neuróticos são no adulto, em suma, permanência da criança que se queixa. Essa autopiedade infantil, natural na primeira idade, formará a "criança interna" que sobrevive na pessoa crescida. Tal parada no desenvolvimento emocional do neurótico não poderá ser explicada por certos processos clássicos (como a repressão), mas por fatos anormais ocorridos na infância e fixados em seu autopsicodrama, onde há sempre uma queixa principal. O essencial, porém, é "o auto-abandono contínuo ao sentimento narcisista de autopiedade infantil" (p. 221).

A teoria da autopiedade compulsiva infantil não se prova por pesquisas fisiológicas ou psicofisiológicas, pois não se trata de um fenômeno somático, e sim de um distúrbio de consciência. Entretanto, as descrições dessa teoria são em grande parte observáveis, devendo aplicar-se o método de observação sistemática: "expressões de autopiedade infantil podem ser indicadas objetivamente e é por isso que esta teoria é testável" (p. 125). Para a medição dessa neurose usam-se os "testes semânticos que investigam reações verbais" (p. 129), i. e., reações puramente subjetivas, chegando-se a um inventário sobre sentimentos de mal-estar. Procurar-se-á sobretudo a lista das queixas vagas, características do neurótico.

Na segunda parte, diversas anomalias neuróticas serão explicadas pela compulsão a queixar-se: a neurose do medo, a neurose obsessivo-compulsiva, a histeria, a depressão, o homossexualismo masculino e o feminino, vários desvios sexuais, desajustes matrimoniais, a delinqüência. Nesta parte, o A. versa sobre domínios de sua mais alta especialização. Ao falar do homossexualismo, p. ex., ao invés de seguir certa corrente moderna e considerá-lo uma variante normal da sexualidade, conceitua-o muito bem como um desvio da sexualidade natural e explica-o pela autopiedade. Notáveis também os capítulos sobre a delinqüência juvenil e a reincidente (caps. XXXII e XXXIII).

Passa-se então à terceira parte, a da terapia antiqueixa, exigindo que o terapeuta observe primeiramente a autopiedade individual do cliente para depois fazer com que este a perceba. Essa percepção por parte do cliente é que constitui o centro da terapia: urge que ele entenda tudo o que ficou dito neste livro.

Logo de começo procure-se a resolução firme do cliente de submeter-se ao tratamento, pois sua decisão consciente é condição indispensável. Procedese, desde logo, à anamnese, em perguntas sobre todo o passado da pessoa. Essa tomada da anamnese pode consumir bastante tempo, diz o A., mas deve levar o terapeuta a condensar suas observações em poucas palavras, como se fizesse um retrato falado. Empreende o terapeuta, a seguir, uma exploração mais aprofundada da "criança do passado", tomando cuidado para que seu cliente não vá com isso alimentar mais sua autopiedade. Estabelece-se, neste ponto, o nexó entre as vivências do passado e as atuais. Comunicada ao paciente, tal análise será para este uma auto-análise, base de seu tratamento. Vêm agora, da p. 234 até a 237, as várias fases da explicação inicial do terapeuta. Pela auto-observação e auto-análise, que aliás não são fáceis, o cliente é gradativamente levado a reconhecer a criança interna como uma personalidade real e bem separada de seu próprio eu. Não bastam, contudo, esses esforços intelectuais; são necessários ainda meios emocionais, sendo o principal a hiperdramatização, na qual o drama da criança é exagerado até o absurdo, numa técnica sistematizada por Arndt. O importante e árduo é fazer com que a criança fique separada da personalidade do cliente, para ser ridicularizada em si. O método deve ser mantido por muito tempo, chegando-se a 15 ou 20 hiperdramatizações por dia; em média o tratamento dura uns dois anos.

Como bom cientista, o A., logo de início, não julga sua explicação da neurose como ponto final de todo conhecimento no assunto (p. 20), mas "este mecanismo de autopiedade compulsiva, observado e descrito por

Arndt, é um dos poucos passos para frente dados a respeito de nossos conhecimentos da neurose, depois de Freud" (*ibid.*). E no final afirma que "não acreditamos em milagres a respeito do tratamento de neuroses", declarando, por último, que o método proposto "significa um progresso real no campo da ciência psicoterapêutica" (p. 259).

A leitura deste livro, publicado com a colaboração do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e o conhecimento desse novo método representam um enriquecimento intelectual de inestimável valor. Que o trabalho de G. van den Aardweg tenha a repercussão que merece.

Carlos Lopes de Mattos

GARCIA, Walter E. (Org.)

EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Editora McGraw Hill Ltda., 1 976, 280 p.

Walter E. Garcia, ex-professor do Centro de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, consultor de Educação junto a entidades públicas e privadas, reuniu nesta obra, doze especialistas da área de Educação: Antonio Gaspar Ruas, Casemiro dos Reis Filho, Cláudio de Moura Castro, Dermeval Saviani, Élio Vieira, Eugênio Moraes de Andrade, Joel Martins, Louremi Ecolani Saldanha, Luiz Antonio Cunha, Maria Aparecida Bortoletto, Mauricio Tragtenberg e Zaia Brandão.

Este livro foi organizado "para atender a estudantes e professores das Faculdades de Educação"...", propondo-se três dimensões de análise convergentes e complementares: 1) análise crítica da correção de eventuais distorções; 2) proposição de alternativas e novas formas de "fazer" a Educação, e 3) explicitação do que vem sendo feito na educação brasileira em seus três níveis de ensino" (p. 9).

Falar de Educação envolve sempre uma perspectiva globalizante, decorrente do padrão histórico sócio-econômico de uma sociedade, pois se trata da base onde todos os outros setores, ações e funções, politizantes ou não, irão necessariamente sedimentar. Mas falar de Educação dentro do contexto de uma sociedade depende, onde as normas e diretrizes muitas vezes foram importadas de sistemas educacionais estrangeiros, totalmente à revelia da práxis nacional, é tocar um ponto nevrálgico, sendo preciso fazer necessariamente um

levantamento histórico e geopolítico para detectar a existência e o nível de profundidade desta dependência.

Apesar destas difíceis circunstâncias, os especialistas desta obra conseguiram trazer uma grande contribuição à discussão da problemática da educação brasileira, com suas abordagens atuais e objetivas sobre os principais aspectos desta educação.

O prof. Maurício Tragtenberg, em "A escola como organização complexa", mostra o papel mantenedor do *status quo* desenvolvido pela instituição escolar através da "exclusão do sistema de ensino das classes sociais inferiores e a que definimos como socialização à subordinação, isso é, a transmissão ao jovem de valores compatíveis com o seu futuro papel de subordinado" (p. 29).

Decorre daí o caráter elitizante da escola e sua disfuncionalidade em relação às classes sociais inferiores.

"Individualização do ensino a formulação de objetivos", é o tema desenvolvido pela Profa. Louremi Ercolani Saldanha, enfatizando a necessidade de se dar uma perspectiva objetiva aos planos educacionais de modo que sejam realmente executados e não permaneçam apenas "no papel". "Provavelmente ao descrever os conteúdos, o professor tenha em mente o que o aluno irá aprender em cada um desses tópicos, que atividades de aprendizagem realizará e quais os critérios utilizados para avaliar o desempenho do aluno. No entanto, tal formulação não está correta, pois não basta o professor ter em mente o que irá acontecer, é preciso que o aluno "participe" do trabalho, para juntos descreverem de forma clara a qualquer leitor o que e como o aluno irá aprender" (p. 33).

Esta participação franqueada aos alunos é uma forma bastante proveitosa de se enriquecer e reforçar os objetivos do ensino. No contexto dos esforços em vista de uma autêntica renovação educacional, ela se torna mesmo uma exigência de modo que possa assegurar aos objetivos educacionais uma eficiente realização.

Seguindo o pensamento de uma formulação mais precisa e concatenada dos objetivos escolares, o Prof. Joel Martins, em "Modelo de planejamento curricular", salienta a importância do planejamento curricular para que haja reformas consistentes. "O currículo é hoje, e será muito mais um futuro próximo, um instrumento que deve servir a uma grande variedade de objetivos e, por isso mesmo, exige a contribuição e o esforço de diferentes grupos" (p. 67).

O Prof. Luiz Antônio Cunha mostra, em "O modelo alemão e o ensino brasileiro", que os objetivos propostos pelo ensino médio alemão foram compreendidos, em determinada época, de maneira diferente pelo ensino brasileiro. Isto porque "o sistema educacional escolar vigente na República Federal Alemã, não tem um ensino médio voltado para a aplicação prática, de modo que encoraje o estudante a se engajar, imediatamente em atividades práticas", como pensava Roberto Campos. O ensino médio é dual, composto de um ramo exclusivamente propedêutico que garante o acesso à Universidade e outro ramo de conteúdo profissional, destinado a preparar para as ocupações, e, como exceção, para o acesso às escolas superiores "especiais" através de uma série de barreiras/exames (p. 77).

Em seu artigo, "Modelo para implementação da reforma de ensino de 1º e 2º graus Formação Especial", o Prof. Élio Vieira delimita "na lei 5 692/71 os preceitos relativos à "formação especial" no 1º e 2º graus de ensino", tece "considerações sobre as formas de adequação dos estabelecimentos de ensino às exigências da lei para a implementação da reforma", e analisa "as implicações de ordem administrativa decorrentes da aplicação desses preceitos legais" (p. 80).

A Profa. Zaia Brandão, no capítulo. "o ensino do 2º grau e a profissionalização", salienta a necessidade de o ensino do empregado ser oferecido pelo próprio empresário. "Há algum tempo atrás, a associação entre educação e mão-de-obra seria certamente questionada pelos educadores. Hoje em dia, porém, esta ligação reflete, não só para os educadores como para a maioria das pessoas, a entrada no desenvolvimento e o prestígio adquirido pela educação. É para estes uma concepção de educação muito mais realista, porque voltada para alvos pragmáticos que visariam a alcançar a pretendida adequação entre educação e vida" (p. 107). "À medida em que os dois elementos chaves da produtividade de qualquer "instituição empregadora" forem a "especialização" (que é determinada pelo tipo de tecnologia usada) e a "integração" (em que o modelo de organização de trabalho é fundamental), a formação de mão-de-obra tenderá a ser tarefa eminentemente empresarial" (p. 123).

Prof. Antônio Gaspar Ruas, em "O ensino superior no Brasil e sua estrutura básica", estuda minuciosamente a estrutura básica de 3º grau. Entre as várias idéias apresentadas, o autor afirma: "indicando o papel da União na estrutura do ensino do 3º grau fizemo-lo conscientemente, tendo em vista a nossa observação sobre a pequena importância que dão os alunos aos aspectos básicos de nossa legislação escolar. Frisamos a evolução do conceito de Universidade

para expor o conceito atual. Predemos-nos, sem dúvida, nos modelos da legislação federal, porque, nos poucos Estados em que pode haver variações, nos termos do artigo 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não se pode fugir das linhas mestras da legislação federal" (p. 162).

A Profa. Maria Aparecida Bortoletto apresenta com muita prioridade um tema bastante interessante para a situação de dependência que o país enfrenta que é o "O ensino superior brasileiro em confronto com modelos estrangeiros". Se, por um lado, a extrapolação de experiências educacionais de outros países pode trazer alguma contribuição valiosa para o sistema educacional brasileiro, por outro lado se torna bastante perigosa, porque se tem resultados obtidos de enraizamento histórico de uma sociedade sócio-econômico-cultural diferente daquela do Brasil, e as conclusões obtidas em outro país podem não ser válidas e, mesmo falsas, para a situação nacional. É preciso saber utilizar situações que possam ser comparadas e omitir outras que não possam ser comparadas com sistemas educacionais estrangeiros, "pois as instituições educacionais não são simples estruturas estáticas mas evoluem numa dinâmica própria manifestada por meio das funções que desempenham, e que variam de uma sociedade para outra" (p. 165).

Em, "Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5 540/68 e 5 692/51", o Prof. Dermeval Saviani destaca a importância da sutileza para a perfeita compreensão dos dois textos legais. "Apesar de todo o esforço despendido na busca da funcionalidade, uma leitura atenta dos textos de ambas as leis nos conduz à conclusão de que o objetivo em boa parte acabou por se frustrar. Com efeito, até hoje a maioria das Universidades não logrou implantar a Reforma. Da mesma forma, as medidas preconizadas pela Lei 5 692 encontram grandes dificuldades para penetrar nas redes escolares dos Estados. E mais uma vez a força do contexto se impõe. A grande mudança operada pelas leis de reforma foi de ordem política, isto é, sua função foi criar um clima favorável removendo os óbices com o fim de garantir a continuidade do processo sócio-econômico. E a organização escolar brasileira vem refletindo com relativa fidelidade as tendências dominantes no plano sócio-econômico. Isto é válido inclusive para a elaboração da própria legislação de ensino" (p. 189).

Em "Reforma universitária e ciclo básico: Modelo viável", o Prof. Casemiro dos Reis Filho, discute a importância que exerce o ciclo básico no ingresso e na manutenção de um bom nível no curso superior.

"No Brasil a articulação entre os diversos graus de ensino sempre foi dominada por obstáculos e barreiras e não por passagens graduais que

permitissem um ajustamento progressivo da criança, do adolescente e do jovem às dificuldades crescentes do progresso educativo"... "a passagem do ensino médio para o superior continua interrompida pelo vestibular, embora atenuado o obstáculo através do vestibular classificatório. Bastou, entretanto, que a barreira fosse atenuada, para a Universidade reclamar do "nível da formação secundária de seu aluno" (p. 203 e 204).

O Prof. Cláudio de Moura Castro, no capítulo "O cálculo dos custos do ensino universitário", como economista da Educação mostra que "salários, folha de pagamento, relação professor/aluno, nada disso tem a ver com a qualidade "do ensino". É somente a contratação de professores que permanecem na Universidade por tempo superior ao das aulas que estatisticamente explica a qualidade" (p. 243).

Mais de 70 % das escolas superiores são de iniciativa particular, que por motivos financeiros, não podem abrigar os professores por tempo superior àquele exigido por suas aulas dadas, em detrimento também do ensino, da pesquisa, das bibliotecas e dos laboratórios.

Na última parte, "Orientações básicas para elaboração de provas objetivas", a Profa. Eugênia Moraes de Andrade expõe a importância da elaboração de provas objetivas para a avaliação de grupos numerosos, apesar de bastante criticado esse tipo de prova, sob o pretexto de não conseguir avaliar adequadamente. Segundo a professora, "a prova objetiva é mais indicada por revestir-se de qualidades que satisfazem as exigências de examinar grupos numerosos em tempo não excessivamente longo, com exigência de grande número de discriminação precisa decorrente de avaliação tanto quanto possível imparcial, justo e invariável" (p. 246).

A obra, organizada por Walter F. Garcia, é de real valor, dá uma visão ampla da Educação sob os vários aspectos, gerando a criticidade essencial para a tomada de consciência frente aos problemas relativos à situação particular da educação brasileira. Nesse sentido, a obra contém um pensamento vivo, atual e realista sobre a Educação; é de fácil acesso e compreensão, mesmo àqueles que não estejam ligados diretamente a área de Educação. Entende-se, assim, a grande aceitação que a presente antologia teve por parte dos estudiosos da educação brasileira. A diversidade de orientação e de postura filosófica ou ideológica dos autores não comprometeu a riqueza trazida pela variedade dos temas abordados, de perspectivas diferentes. A obra foi bem recebida e bem utilizada, tanto assim que parece esgotada a primeira edição. Pelas suas

qualidades, uma reedição se faz necessária na qual se impõe uma cuidadosa revisão do texto, evitado de erros, fato que é de lastimar, pois que não deixa de prejudicar o significado da própria obra, tão relevante e recomendável por todos os outros aspectos.

Maria Elisabete Castelano